

EVENTO BRAZIL ENERGY FRONTIERS

# Excesso de peso

ESPECIALISTAS DA ÁREA DE ENERGIA PARTICIPAM DE EVENTO EM SÃO PAULO E CRITICAM OS ENCARGOS E TRIBUTOS SOBRE A ELETRICIDADE E A FALTA DE PLANEJAMENTO NO SETOR.

REPORTAGEM: PAULO MARTINS

O excesso de tributos e encargos que incidem sobre a eletricidade e os aprimoramentos necessários no planejamento da expansão da oferta de energia foram os temas centrais da conferência Brazil Energy Frontiers 2013, realizada nos dias 3 e 4 de outubro, em São Paulo (SP), pelo Instituto Acende Brasil. Nesse período, especialistas brasileiros e estrangeiros listaram problemas e apresentaram sugestões para ajudar o setor.

Em sua exposição inicial, Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, destacou que mesmo sendo um insumo essencial, cujo custo exerce impacto sistêmico sobre a competitividade da economia, a energia elétrica é hoje um dos produtos mais tributados no País. Para piorar essa tributação é regressiva, ou seja, onera desproporcionalmente a população mais pobre.

Uma rápida comparação permite constatar os exageros da tributação no Brasil. Enquanto a participação do setor elétrico no PIB nacional gira em torno dos 2,2%, o segmento responde por 5,2% da arrecadação do PIS/Pasep/Cofins e 8,4% do ICMS.

Na sequência, o economista Bernard Appy, diretor da LCA Consultores, falou sobre a relação existente entre a guerra fiscal envolvendo o ICMS e a tributação da eletricidade - lembrando que guerra fiscal é o nome pelo qual ficou conhecida a batalha por novas empresas promovida pelos esta-

dos, que em troca oferecem redução ou isenção de impostos.

Ao contrário da maioria dos produtos, que são tributados na origem, a energia elétrica é tributada no destino, ou seja, no consumo. Bens e serviços cujo imposto é cobrado no destino constituem uma base que não consegue conceder os incentivos que alimentam a guerra fiscal e, em compensação, acaba sendo alvo de cobrança de alíquotas mais elevadas do ICMS.



"Enquanto a alíquota modal de ICMS para a maioria dos bens no Brasil é de 17% ou 18%, no caso de energia elétrica, combustíveis e telecomunicações a tarifa modal é de 25%, e em alguns casos chega a 30% de ICMS", compara Appy.

O professor Kiyoshi Harada, do escritório Harada Advogados Associados, falou sobre a bagunça que impera nessa área no Brasil. De acordo com ele, quem ler a Constituição Federal pode até achar que o Brasil possui o sistema tributário mais seguro do planeta. Afinal, existem diversos princípios constitucionais que limitam o poder impositivo do Estado. De acordo com Harada, os legisladores constituintes escreveram um sistema tributário nacional deixando quase nada para acrescentar, modificar ou diminuir.

Assim, os governantes até podem implementar e instituir os tributos de sua competência, desde que observadas as limitações constitucionais. Mas não é o que estaria acontecendo na prática.

"Temos o sistema tributário mais complexo, caótico, duvidoso e contraditório do planeta, por conta do desrespeito sistemático do princípio da hierarquia vertical das leis pelos três níveis de governo, que despejam diariamente um sem número de normas e

**A energia elétrica é hoje um dos produtos mais tributados no País.**  
**CLAUDIO SALES**  
INSTITUTO  
ACENDE BRASIL



Foto: Divulgação

penduricalhos que acabam mandando para o espaço os princípios constitucionais, que por representarem uma garantia ao cidadão, deveriam estar acima do poder político do Estado", alerta Harada.

O economista e professor universitário Antonio Delfim Neto, ex-ministro da Fazen-

da, reclamou que ao longo de muitos anos a energia elétrica foi usada como um 'cabide', que a cada dificuldade recebia uma nova carga.

O resultado, prossegue o especialista, é que o sistema acumulou o que ele também chamou de 'penduricalhos', "todos feitos sem nenhuma consideração com a necessidade de termos insumos competitivos como base para construirmos uma sociedade razoável, do ponto de vista econômico".

Claudio Sales denunciou ainda o uso dos encargos setoriais cobrados na conta de luz para promover políticas sociais. Essa ação acaba sendo facilitada pelo fato de que o consumo de energia elétrica é universal, ou seja, todo mundo acaba arcando com esses encargos à medida que paga a conta de energia.



Foto: Divulgação



Foto: Divulgação

**Se estão tributando mais a energia elétrica, estão protegendo algum outro setor.**

**ANTONIO DELFIM NETO  
EX-MINISTRO  
DA FAZENDA**

A sugestão do Instituto Acende Brasil para resolver a questão é que os encargos tarifários de fato sejam utilizados apenas para cobrir custos setoriais. Para a entidade, políticas sociais devem ser financiadas com recursos orçamentários.

Delfim Neto também comentou o assunto, quando indagado se faz sentido tributar a energia elétrica mais intensivamente do

que a média dos bens e serviços. "A média é uma consequência aritmética. Se estão tributando mais a energia elétrica, estão protegendo algum outro setor. É uma questão de escolha. O que estamos discutindo é que a escolha é malfeita. É preciso desonerar os insumos mais básicos para que o resto se organize de maneira eficiente, através de preços relativos adequados. Não se

pode fazer política pública acrescentando na tarifa. Quer fazer política pública, pode fazer. Põe no orçamento e faz. Mas não pendura em cima do cabide da energia", esbraveja.

O Instituto Acende Brasil listou ainda outras reivindicações para que o regime tributário se torne mais justo: redução da alíquota do PIS/Pasep e Cofins; redução das alíquotas máximas de ICMS sobre energia elétrica; eliminação da cobrança de ICMS, PIS/Pasep e Cofins em cascata e divulgação

das alíquotas efetivas do ICMS resultantes do 'cálculo por dentro'.

Na opinião do professor Kiyoshi Harada, para reduzir a carga tributária no Brasil é preciso primeiramente enxugar a máquina pública. "O gigantismo do Estado é tal que ele não cabe mais no PIB. Até a segunda metade da década de 1960 tínhamos 14 ministérios. Hoje temos 36", exemplifica.

Delfim Neto disse ainda que é ilusório achar que a carga tributária será reduzida significativamente. Para ele, organizar melhor o sistema já poderia ser considerado um avanço. De qualquer forma, ele destaca a necessidade de mobilização do País. "Ninguém tem dúvida sobre a absoluta prioridade de se fazer a reforma tributária. Mas é preciso a cooperação de toda a sociedade. Precisamos de liderança política para levar essa coisa à frente", defende. Delfim Neto também frisou a importância do voto na busca desse amadurecimento: "Só temos um dia a cada quatro anos para dizer o que queremos".

## Falta de planejamento dificulta os investimentos no setor

No painel sobre a expansão da oferta de energia, o Instituto Acende Brasil criticou a instabilidade do planejamento no País. A entidade apontou que a expansão requerida e a matriz elétrica planejada que constam nos Planos Decenais de Energia variam muito ano a ano. O problema é que a discrepância entre o planejamento e a execução pode abrir margem para questionamentos quanto à utilidade dos Planos Decenais de Energia.

O instituto citou o que considera uma falha de planejamento: os leilões de energia buscam assegurar o balanço estrutural entre a garantia física e a carga do Sistema Interligado Nacional (e isso está acontecendo), mas o balanço estrutural global não assegura o equilíbrio nos subsistemas individuais.

Enquanto o Subsistema Sudeste/Centro-Oeste vem apresentando déficit crescente no balanço entre a garantia física e a

carga, os Subsistemas Nordeste e Norte apresentam superávit. A questão é que o desequilíbrio estrutural nos subsistemas compromete a confiabilidade, exigindo investimentos adicionais em transmissão.

Para assegurar a configuração adequada do parque gerador, o Instituto Acende acredita que o sistema de leilões precisa proporcionar sinais adequados para induzir os agentes a ofertarem os tipos de usinas requeridos nos locais em que são requeridos.

A entidade apresentou também sugestões para aprimorar o sistema de leilões de forma a se buscar uma configuração ótima do parque gerador. As recomendações são: manter a regularidade dos leilões para permitir um planejamento plurianual; antecipar a data de realização dos leilões A-5 e A-3; licitar as instalações de transmissão com Licença Prévia; assegurar a sincronia entre projetos de geração e transmissão e fazer-se cumprir contratos para não minar a credibilidade dos leilões.

